



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Brasília, 04 de janeiro de 2025

Ofício nº 1/2025/GCX

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública Ricardo Lewandowski

Excelentíssima Senhora Ministra de Estado dos Povos Indígenas Sonia Guajajara

Excelentíssima Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo

Senhora Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas Joenia Batista De Carvalho

Senhor Coordenador Geral de Acompanhamento de Conflitos Fundiários Indígenas do Departamento de Mediação e Conciliação do Ministério dos Povos Indígenas Francisco Assis Nascimento Nóbrega

Senhor Secretário Nacional de Segurança Pública Mário Luiz Sarrubbo

Senhor Diretor Geral da Polícia Federal Andrei Augusto Passos Rodrigues

Senhora Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República, Eliana Torelly

Senhor Governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior

Senhor Prefeito do Município de Guaira, Antônio Manoel da Silva

Assunto: URGENTE - Ataque continuado aos povos indígenas Avá-Guarani da comunidade indígena Yvy Okaju (antes Y'Hovy) no município de Guaira, no oeste do Paraná e necessário reforço na atuação da Força Nacional de Segurança Pública

"Estamos cansados de pedir socorro e ninguém está nos ouvindo"

1

Com nossos cordiais cumprimentos, nosso mandato parlamentar, no exercício de

¹ Denúncia uma das lideranças; os ataques que deixaram dois feridos foram anunciados há mais de um mês. Disponível em: <https://cimi.org.br/2025/01/3-dia-sobre-ataque-ava-guarani-ferido/>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

suas prerrogativas institucionais e, sobretudo, na condição de Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, venho, respeitosamente, expor e solicitar o que se segue.

Hoje, 04 de janeiro de 2025 recebemos, novamente, **denúncias sobre a continuidade dos ataques na Terra Indígena Guasu Guavirá, no oeste do estado do Paraná.** O território esteve em estado de terror durante todo o ano de 2024, aprofundado recentemente em novembro, quando foram ameaçados por grileiros da região.

S.O.S AALDEIA YVY OKAJU CORRE RISCO DE EXTERMÍNIO: Durante uma Audiência de reconciliação da segunda ampliação da nossa aldeia, **recebemos um recado de que no dia 25 de dezembro de 2024 os brancos estão se organizando para fazerem um novo ataque contra a nossa comunidade.** Desde que iniciamos a autodemarcação os brancos, em forma de crime organizado começaram a invadir a nossa área de ocupação, e continuam até hoje aumentando cada vez mais e agora fazem mais uma ameaça, eles não tem o direito de tentar intimidar nossos parentes dessa forma, sendo que já existe um estudo antropológico (RCID) concluído e publicado pela FUNAI e isso é o que vale para nós ava guarani, e por ela **nós estamos decididos a perder nossas vidas, se for preciso nós derramaremos nosso sangue e estamos informando que vai acontecer uma verdadeira guerra se as autoridades competentes não retirar os não indígenas do nosso território.**²

Infelizmente, as ameaças se concretizaram e desde o último dia 29/12, o território está sob ataque contínuo. Além da violência e terror, acumula-se feridos, incluindo crianças, e barracos queimados, conforme é possível verificar no [drive em anexo](#)³. Segundo a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), organização indígena autônoma do povo guarani no Sul e do Sudeste do país, **“a crise de violência anti-indígena em Guaira alcançou um nível inadmissível, acumula feridos do povo Ava Guarani e evidencia a absoluta insuficiência da atuação estatal para garantia do direito à vida.”**

² Documento final foi escrito na II Assembleia “AVA GUARANI ÑOMONGETA”. Realizado nos dias 23 e 24 de novembro de 2024, no galpão comunitário da aldeia, que até então era conhecido por: Tekoha Y’hovy, que depois dos fatos lamentáveis que ocorreram desde o final do ano passado nossa Tekoha teve a necessidade de um renovo espiritual através de um batismo de acordo com o ñandereko (nosso modo de ser), onde a nossa comunidade recebeu um nome de batismo: “YVY OKAJU”.

³ Drive Avá-Guarani da comunidade indígena Yvy Okaju (antes Y’hovy)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)



Resgatamos que já havíamos denunciado os ataques aos indígenas da região em outras ocasiões, enviando os Ofícios **228/2024/GCX**, **190/2024/GCX**, **174/2024/GCX**, **147/2024/GCK**, **146/2024/GCX** e **140/2024/GCX** que tratavam da necessidade de presença da Força Nacional de Segurança Pública para garantir a vida e a existência dos povos indígenas que ali vivem.

Nesse sentido, diante da continuidade e escalada dos ataques, é evidente que ações episódicas são insuficientes, sendo necessário o aumento das equipes da FN e a **presença contínua delas nos territórios até que encerrem definitivamente os ataques**. Ademais, diante da gravidade do cenário, faz-se necessário pensar novas ações para evitar o genocídio do povo Avá-Guarani, posto que está caracterizado o ânimo violento contra os indígenas da região.

Reforçamos que o cenário apresentado na Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá no Estado do Paraná não é único. Muitos territórios no país vêm sofrendo com a organizações de grupos que ignoram a estrutura institucional e atuam ilegalmente para realizar despejos e interditos com o uso de força e armas, acumulando casos de assassinatos, lesões corporais e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

ilícitos penais.

Diante do evidente perigo sob o qual os indígenas da Tekoha Guasu Guavirá estão expostos e vulneráveis, reforçamos os ofícios realizados pela Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e requeremos:

(i) Informações sobre a atuação das Forças de Segurança Pública na região da T.I Guasu Guavirá;

(ii) O aumento do efetivo, ampliação do número de oficiais e de viaturas à disposição da FNSP, como já solicitado anteriormente, e a sua **permanência na área de conflito**;

(iii) Que sejam tomadas medidas **URGENTES** a fim de evitar o massacre dos povos indígenas **Avá-Guarani da comunidade Yvy Okaju, no oeste do Paraná**;

(iv.) Que o estado e o município de Guaíra informem quais as medidas que estão sendo adotadas pelas respectivas Secretarias de Justiça e Segurança Pública;

Complementarmente

(iv) Reunião com o Exmo. Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, conforme já solicitado no Of. nº 152/2024/GCX e Of. nº 174/2024/GCX

Respeitosamente, solicitamos que nos informem sobre todas as etapas referentes à presença da Força Nacional nos ataques mencionados.

Por fim, permanecemos à disposição para colaborar institucionalmente no enfrentamento das graves violências contra os povos indígenas em sua histórica luta pela retomada de seus territórios ancestrais. Manifesto meu profundo respeito e solidariedade a todos e todas que tiveram a vida ceifada ao longo deste árduo percurso de luta e resistência.

Brasília, 04 de Janeiro de 2025

Célia Xakriabá
Deputada Federal (PSOL/MG)



Ofício CGY nº 01/2025

À Excelentíssima Senhora Ministra de Estado dos Povos Indígenas Sônia Guajajara

Ao Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas - DEMED-MPI

À Ilustríssima Senhora Joênia Wapichana Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai

À Diretoria de Proteção Territorial - DPT/Funai

À Coordenação Técnica Local da Funai em Guaíra - CTL/Guaíra

Ao Exmo. Sr. Henrique Gentil Procurador da República da Procuradoria de Londrina - MPF/PR

Ao Exmo. Sr. Nuno Castilho Defensor Público da União - DRDH/PR

Ao Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - PPDDH/MDHC

SITUAÇÃO URGENTE E SIGILOSA

Ref: mais um ataque a tiros contra a comunidade indígena Yvy Okaju (antes Y'Hovy) durante o Ano Novo

A **Comissão Guarani Yvyrupa** (CGY), organização indígena autônoma do povo guarani no Sul e do Sudeste do país, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 21.860.239/0001-01, correio eletrônico

assessoriajuridica@yvyrupa.org.br, por intermédio de sua procuradora signatária, vem, respeitosamente, expor e solicitar o que segue.

Em nova investida, Ava Guarani foram atacados com tiros e incêndio, em pleno Ano Novo. A tekoha Yvy Okaju (antes Y'Hovy), da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavira no município de Guaíra, completou no dia 31 de dezembro de 2024 três dias seguidos sob ataques violentos por parte de não indígenas, iniciados no domingo, 29 de dezembro. Mais um barraco foi destruído pelo fogo e uma pessoa foi baleada e foi hospitalizada. De acordo com informações da comunidade, os disparos iniciaram após a chegada de um grupo de pessoas em um carro, não identificado, aproximadamente às 22h.



Todos os órgãos públicos ora endereçados, bem como os órgãos de segurança pública - a Força Nacional, a Polícia Federal e a Polícia Militar estavam cientes dos inúmeros alertas e pedidos de socorro por parte da comunidade indígena, intensificados ao longo dos últimos dias de constantes ameaças, atentados e diante da iminência de um novo ataque violento. **A crise de violência anti-indígena em Guaíra alcançou um nível inadmissível, acumula feridos do povo Ava Guarani e evidencia a absoluta insuficiência da atuação estatal para garantia do direito à vida.**

¹ Outras imagens e vídeos do incêndio podem ser consultados [aqui](#).

Não bastassem os diversos alertas e pedidos de socorro dos últimos três dias, antes disso, no dia 02 de dezembro de 2024, esta mesma comunidade, vítima dos recentes ataques, enviou ao Ministério dos Povos Indígenas e à Funai uma carta² na qual já se alertava sobre a vulnerabilidade da comunidade e do risco de ataques e até mesmo de extermínio do povo.

O povo Ava Guarani clama aos órgãos públicos endereçados que ouçam os alertas das comunidades, que as forças de segurança dialoguem com a comunidade, que permaneçam na área garantindo sua integridade e atuem preventivamente para evitar novos ataques.

A comunidade Yvy Okaju está totalmente compreendida nos limites da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, tal como delimitado pelo Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação - RCID no Diário Oficial da União, publicado pela Funai em 15 de outubro de 2018. A presença da comunidade no local é, portanto, amparada pela Constituição Federal e mecanismos legais de proteção territorial e expressivas da característica cultural e do modo de ocupação territorial tradicional. Não obstante a ocupação seja legítima e constitucionalmente garantida, a comunidade vem sofrendo severas retaliações e ataques da população não indígena da região.

Somente a tekoha Yvy Okaju (antes Y'hovy) sofreu ao menos **quatro graves ataques** ao longo do último ano, em 22 de dezembro de 2023, 10 de janeiro de 2024, 27 de agosto de 2024 e o mais recente atentado em 31 de dezembro de 2024, dos quais resultaram dezenas de pessoas feridas e hospitalizadas, além de constantes e frequentes insultos e ameaças.

Desse modo, se faz necessária uma atuação urgente e enérgica dos órgãos públicos competentes a fim de cessar os ataques e garantir definitivamente os direitos territoriais e humanos da população indígena da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá.

PEDIDOS

Ante o exposto, solicita-se às autoridades endereçadas, **COM A MÁXIMA URGÊNCIA**, que atuem no âmbito de suas atribuições para que seja:

a) reforçado o efetivo da Força Nacional de Segurança Pública e o efetivo policial em geral para garantia da segurança e da integridade física da comunidade da Tekoha Yvy Okaju;

b) garantido à comunidade um canal de comunicação, escuta e a elaboração, **em conjunto com as lideranças comunitárias**³, de um plano operacional preventivo pelos

² Anexos 1 e 2

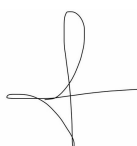
órgãos de segurança pública, em especial a Força Nacional de Segurança Pública, a fim de cessar definitivamente esses ataques;

c) para atender ao exposto no item anterior, a comunidade requer a realização uma reunião emergencial, como primeira medida após o término do recesso forense, com todos os órgãos endereçados no presente ofício;

d) instaurado Inquérito na Polícia Federal para investigação dos fatos noticiados no presente ofício, para realização de diligências in loco quando necessário, sempre mantendo canal de comunicação direto com os indígenas para o aviso de eventuais ocorrências.

Basta de violência!

Yvyrupa, 01 de janeiro de 2025



Ana Caroline Silva Magnoni

OAB/PR 121.775

comissão guarani yvyrupa

comissao@yvyrupa.org.br

www.yvyrupa.org.br

CNPJ 21.860.239/0001-01

Estrada João Lang, 153, Barragem, Terra Indígena Tenondé Porã, São Paulo (SP), 04895-030

³ Em observância à Convenção 169 da OIT.



Ofício CGY nº 254/2024

À Excelentíssima Senhora Ministra de Estado dos Povos Indígenas Sônia Guajajara

Ao Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas - DEMED-MPI

À Ilustríssima Senhora Joênia Wapichana Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai

À Diretoria de Proteção Territorial - DPT/Funai

À Coordenação Técnica Local da Funai em Guaira - CTL/Guaira

Ao Exmo. Sr. Henrique Gentil Procurador da República da Procuradoria de Londrina - MPF/PR

Ao Exmo. Sr. Nuno Castilho Defensor Público da União - DRDH/PR

Ao Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - PPDDH/MDHC

SITUAÇÃO URGENTE E SIGILOSA

Ref: ataques contra a comunidade indígena Yvy Okaju (antes Y'Hovy)

A **Comissão Guarani Yvyrupa** (CGY), organização indígena autônoma do povo guarani no Sul e do Sudeste do país, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica


(CNPJ) sob o número 21.860.239/0001-01, correio eletrônico assessoriajuridica@yvyrupa.org.br, por intermédio de sua procuradora signatária, vem, respeitosamente, expor e solicitar o que segue.

No dia 29 de dezembro de 2024, pessoas não indígenas perpetraram mais um ataque contra a comunidade indígena Yvy Okaju (antes Y'Hovy) no município de Guaíra/PR. O ataque foi realizado no início da noite e se estendeu por algumas horas. Foram disparados diversos tiros de arma de fogo, foguetes e rojões em direção a comunidade guarani e um barraco foi incendiado. No dia seguinte, em 30 de dezembro de 2024, novamente durante a noite, mais incêndios e disparos foram registrados. Consta que os autores dos ataques são pessoas não indígenas que invadiram o imóvel sobreposto à Terra Indígena sem qualquer autorização ou título dominial e lá permanecem dia após dia construindo barracos dentro do território delimitado ao Povo Avá-Guarani.

Além disso, ao longo dos dias, circularam mensagens contendo ameaças explícitas de morte e violência não apenas contra os indígenas, mas também contra a Força Nacional de Segurança Pública que atua na Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá em apoio a Funai, conforme Portaria MJSP n. 821 de 21 de novembro de 2024¹.

A comunidade Yvy Okaju está totalmente compreendida nos limites da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, tal como delimitado pelo Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação - RCID no Diário Oficial da União, publicado em 15 de outubro de 2018. A presença da comunidade no local é, portanto, amparada pela Constituição Federal e mecanismos legais de proteção territorial e expressivas da característica cultural e do modo de ocupação territorial tradicional. Não obstante a ocupação seja legítima e constitucionalmente garantida, a comunidade vem sofrendo severas retaliações e ataques da população não indígena da região.

Importante registrar que não é a primeira vez que esta comunidade sofre ataques e ameaças. Todos os órgãos e autoridades endereçados têm amplo conhecimento de outros ataques cometidos contra esta e outras comunidades indígenas nos municípios de Guaíra/PR e Terra Roxa/PR. Somente a tekoha Yvy Okaju (antes Y'hovy) sofreu ao menos três graves ataques ao longo do último ano, em 22 de dezembro de 2023, 10 de janeiro de 2024 e 27 de agosto de 2024, dos quais resultaram dezenas de pessoas feridas e hospitalizadas, além de constantes e frequentes insultos e ameaças.

¹ Os arquivos dos registros fotográficos, em vídeo e áudio dos incêndios, disparos e ameaças podem ser consultados na pasta:  registros

Desse modo, se faz necessária uma atuação urgente e enérgica dos órgãos públicos competentes a fim de cessar os ataques e garantir definitivamente os direitos territoriais e humanos da população indígena da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá.

PEDIDOS

Ante o exposto, solicita-se às autoridades endereçadas, **COM A MÁXIMA URGÊNCIA**, que atuem no âmbito de suas atribuições para que seja:

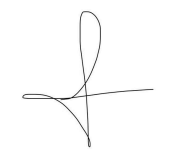
a) reforçado o efetivo da Força Nacional de Segurança Pública e o efetivo policial em geral para garantia da segurança e da integridade física da comunidade da Tekoha Yvy Okaju;

b) realizada a remoção imediata dos invasores não indígenas da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá e assegurado o livre acesso e circulação dos indígenas em seu território de ocupação tradicional, garantindo a proteção territorial e prevenção de conflitos;

c) instaurado Inquérito na Polícia Federal para investigação dos fatos noticiados no presente ofício, para realização de diligências in loco quando necessário, sempre mantendo canal de comunicação direto com os indígenas para o aviso de eventuais ocorrências.

Sem mais para o momento, reiteramos os votos de elevada estima e distinta consideração e nos colocamos à disposição.

Yvyrupa, 31 de dezembro de 2024



Ana Caroline Silva Magnoni

OAB/PR 121.775

comissão guarani yvyrupa

comissao@yvyrupa.org.br

www.yvyrupa.org.br

CNPJ 21.860.239/0001-01

Estrada João Lang, 153, Barragem, Terra Indígena Tenondé Porã, São Paulo (SP), 04895-030

DOCUMENTO FINAL DA II ASSEMBLEIA “AVA GUARANI ÑOMONGETA”.

À comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério Público Federal (MPF), Articulação do Povos Indígenas do Brasil (APIB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Coordenação Técnico Local (CTL) de Guaíra-PR, Prefeitura Municipal de Guaíra, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Este documento final foi escrito na II Assembleia “AVA GUARANI ÑOMONGETA”. Realizado nos dias 23 e 24 de novembro de 2024, no galpão comunitário da aldeia, que até então era conhecido por: Tekoha Y’hovy, que depois dos fatos lamentáveis que ocorreram desde o final do ano passado nossa Tekoha teve a necessidade de um renovo espiritual através de um batismo de acordo com o ñandereko (nosso modo de ser), onde a nossa comunidade recebeu um nome de batismo: “YVY OKAJU”. E estamos trazendo ao conhecimento de todas as autoridades acima citadas, a troca de nome da nossa Aldeia. Nessa Assembleia, nós ava guarani tomamos decisões importantíssimos para o enfrentamento dos conflitos violentos que a nossa tekoha vem enfrentando até agora devido a decisão tomado coletivamente para o autodemarcação de uma parte do Território Indígena Guasu Guavirá no município de: Guaíra, Terra Roxa e Altônia, localizada na região Oeste do Estado do Paraná. A nossa tekoha retomada (aldeia) iniciou-se no dia 09 de novembro de 2009 com as famílias que estavam em movimentos na busca da terra sem males, algo que os nossos antepassados sempre buscaram por isso a necessidade de se mudar de um lugar para o outro, por isso é urgente que os Estados brasileiros, as governanças do país Brasil considerem e reconheçam esse direito ao território demarcada para o povo da etnia ava guarani que aqui na fronteira vivem há séculos tentando resistir e sobreviver diante as várias tentativas de extermínio históricas, isso está acontecendo hoje em pleno século XXI, porque quando um município faz de tudo para interferir e negar direitos originários de um povo também é uma das formas de tentativas de extermínio de um grupo: negando direitos de existir, direito à autonomia, direito à autodeterminação e principalmente direito à devolução da terra ancestral que uma vez na história já pertenceu para nós, antes da chegada do homem branco, mas isso fica para um outro momento... Em momento nenhum nós Avá Guarani não agimos de maneira errada, não cometemos crimes contra leis criados pelo homem branco e mesmo assim quase levaram na cadeia uma das nossas lideranças no mês de janeiro do ano de 2024. Só não levaram por que a nossa espiritualidade nós ajudou e também graças ao grande

homem branco conhecedor das leis e justo que a nossa líder hoje responde em liberdade mas a preocupação é grande pois até hoje ela é acusada por várias coisas. Mas essa grande Assembleia vem para deixar bem claro às autoridades que em momento nenhum não podem acusar as nossas lideranças, seja: cacique, vice cacique, e qualquer outras lideranças (mulheres, homens ou jovens) pelas decisões tomada coletivamente principalmente no que diz respeito à nossa territorialidade, porque as decisões tomada por nós não foi para criar conflitos muito menos para criar ou inventar terra para a nossa comunidade, mas sim, para declarar o nosso território, já que o Estado Brasileiro não está fazendo o seu papel, por que não precisa nenhuma autoridade criar ou inventar, mas sim, era simplesmente o Estado Brasileiro ter a coragem em declarar que aqui é o território ava guarani, pois essa região sempre foi habitados pelo nosso povo, reconhecendo assim a relação tradicional e ancestral do nosso povo com essa terra. Já que temos direito originários, portanto não temos obrigação nenhum de provar nada para a sociedade guairense. Aqui o que queremos trazer até as autoridades é que façam com que o nosso povo possam ser aceitos e valorizados neste município que já causou tanto mal contra a nossa Aldeia, deixando danos e sequelas irreparáveis que jamais serão possíveis de reparar como a perda territorial que até hoje ainda não é encontrado um caminho para que todos esses crimes fossem condenados, são todas essas barbaridades que trouxe o nosso povo nessa situação que está hoje, sem território, correndo risco de ser exterminados parcialmente ou totalmente pelo crime organizado, convivendo com a ameaça de a qualquer momento ser despejados com ou sem uma Ordem Judicial, tendo que carregar balas e chumbos no corpo para tentar proteger um pedacinho de terra onde acreditamos ser possível transformar num mini território ava guarani. Estamos tentando proteger a nossa aldeia... enquanto que Vossas Senhorias, estão trabalhando para uma possível solução emergencial, mas não sabemos até quando iremos ter forças para proteger o nosso corpo território fazendo do nosso corpo o nosso escudo. Enquanto se trabalha para uma solução, a Prefeitura de Guaíra alega que há um projeto gigantesco de uma Nova Ferroeste (estrada de trem), e o traçado pega quase beirando a delimitação da área que pertence à nossa comunidade, enquanto Assembleia estamos aqui trazendo um recado ao Prefeitura de Guaíra de que se acham que estamos atrapalhando esse projeto ,então que mude o traçado para passar longe da nossa comunidade, e também não vamos permitir que esses tipos de empreendimentos nós obrigue a abandonar o espaço já ocupado pela nossa aldeia(ampliação do Tekoha Yvy Okaju), como fizeram no passado. Também exigimos mais diálogo com menos ofensas e mais transparências da gestão municipal para com a nossa Aldeia a partir do ano de 2024. Pois para tentar esquecer do quanto essa sociedade foi e está sendo cruel com os guaranis, terão de criar programas de políticas

públicas para ajudar e apoiar não somente as pessoas que foram baleados no dia 10 de janeiro de 2024 ou no dia 27 de agosto de 2024, mas a comunidade por inteiro, já que até agora ninguém foi punido pelos atentados mas que pelo menos a Prefeitura de Guaíra seja responsabilizado para dar uma assistência diferenciada e de qualidade à nossa aldeia. Porque esses ataques a tiros que teve deixou a comunidade inteira bastante abalados psicologicamente. Exigimos que toda a área que estão dentro da identificação e delimitação sejam urgentemente adquiridas pela ITAIPU, e para que se trabalhe para que os proprietários queiram vender suas terras, pois após de terem tentado matar o nosso cheramõi (rezador) e nossas lideranças em frente ao nosso Tataendy`y (altar), lugar mais sagrados para o nosso povo, a comunidade decidiu permanecer nas áreas de autodemarcação para sempre. Essa atitude violento que aqui presenciamos podemos até comparar com o acontecimento no passado na década de 80 quanto os Espanhóis e Portugueses queimaram a casa de reza com os ava guarani dentro e aqueles que foram saindo pela porta carregando a cruz dos Jesuítas foram mortos com tiros de arma de fogo. A história está se repetindo, porém de forma diferente, mas nós não permitiremos que isso continuem acontecendo dentro de um País que se diz ter se tornados civilizados, mas na nossa avaliação a civilização está longe de chegar até o município de Guaíra. Nessa Assembleia, a comunidade reafirma mais uma vez, que manteremos a decisão de permanecer nas áreas que autodemarcamos desde o dia 23 de dezembro do ano de 2023. E reafirmamos aqui que não congelaremos as construções das casas e não permitiremos dividir o mesmo espaço com os invasores não indígenas e não permitiremos que o proprietário plante mais na área da nossa ocupação mas exigimos que a ITAIPU e outros órgãos que indenize o proprietário o mais rápido possível, pois queremos uma solução definitiva para que não haja mais necessidade de algum dos parentes derramar mais sangue por um pedaço de terra tão pequena, só assim garantiremos um espaço por hora suficiente para a sobrevivência e para a reprodução física da nossa comunidade. Na ocasião a comunidade exige também que nessas áreas de autodemarcação, aos nossos parentes seja garantido o direito à água, à energia elétrica. Além disso, exigimos que os parentes que moram aqui nessa comunidade todas as famílias sejam cadastrados na Assistência Social: são fornecidas 84 cestas básicas mas ainda identificamos mais 36 famílias que não estão cadastradas no CRAS, e também na FUNAI/CONAB em questão de cestas básicas: até o momento são fornecidas 110 cestas básicas e ainda identificamos 10 famílias que não são beneficiadas na nossa comunidade. e para que as mulheres(mães) ,idosos crianças especiais e as pessoas guarani que tomam medicamentos continuo possam ter um acompanhamento diferenciado e de melhor qualidade.

Porque muito dos nossos parentes perderam suas vidas por causa da demora para realização dos exames, e como todos sabem que o guarani não tem condições financeiras para pagar um exame particular ou mais caro pra poder descobrir de fato que tipo de doença o parente tem, tivemos casos que por mais que os médicos desconfiasse pelos sintomas, que tipo de doença o paciente poderia ter, se é grave ou não, mas simplesmente não fala nada por ser guarani e manda voltar para casa, descobrimos também que tem sim medicamento eficaz para alguns tipos de situações mas por ser um paciente guarani esses medicamentos não são injetadas no paciente guarani. Atualmente na nossa comunidade há muitas pessoas guarani que sentem dores na região do estomago, dores abdominais e febres, tudo indica que esses parentes sofrem de pancreatites, mas quanto o paciente precisa passar por cirurgia, pelo SUS tem uma fila de espera muito grande, e cirurgia no particular é muito caro. E também a nossa comunidade exigem que seja construída uma casa de saúde ou posto de saúde dentro da aldeia o quanto antes, pois até então não temos espaço adequado para a realização de preventivos, etc... Uma outra questão que vem intrigando a nossa comunidade é sobre a documentação pessoal dos nossos parentes ava guarani que vem do País Paraguai, que não conseguem fazer a regularização (CARTEIRA DE REGISTRO NACIONAL MIGRATÓRIO) ,pois documentação paraguaia que os parentes possuem em muitos dos casos é somente “certificado de nascimento” mas não possuem por exemplo a “CEDULA DE IDENTIDAD CIVIL” e vice-versa, e no Paraguai também é dificultoso demais e nunca conseguem ter a documentação pessoal por completo. Nós da comunidade ava guarani acima citada acreditamos que Estado brasileiro não pode mais negar o direito à documentação pessoal a qualquer cidadão e cidadãs guarani, e também a ausência da documentação civil não deve se tornar motivo para dificultar o acesso aos direitos básicos. Porque até então há várias famílias nesta comunidade que não tem acesso a programas de governo, nem a programa do CRAS do município devido a demora para a regularização pois essas famílias nem se quer possuem renda para que se desloquem até o país vizinho por várias vezes para tentar emitir papeladas que muitas vezes é negado por ser fronteira. E enquanto isso, essas famílias continuam vivendo em situação muito precária: sem emprego e sem nenhum tipo de benefícios sociais. E através dessa Assembleia exigimos que essa realidade seja diferente a partir desta data, que essas famílias finalmente tenham seus documentos pessoais regularizados e se isso vai demorar? Então que através da declaração do cacique junto com a declaração de residência da FUNAI essas famílias sejam beneficiadas pelo menos com a cesta básica do município e se possível ter acesso aos outros direitos também. Outra questão é... a comunidade deixa uma pergunta para FUNAI de Brasília como vai ficar a situação das pessoas guarani que tem sua documentação pessoal cancelada por causa da dupla documentação? Porque

nós guarani sabemos que esses tipos de perseguição através de tentativas de incriminar nossos parentes é devido também a luta pelo nosso território. Uma forma de prejudicar principalmente financeiramente, retrocedendo os nossos direitos básicos por que querem que os parentes desistam de morar nessa cidade. Esses parentes que estão nessa situação precisam de ajuda de pessoas jurídicas para regularizar sua situação enquanto cidadãos guarani. E que parem de perseguir nossos parentes apreendendo por causa da motocicleta, que conquistou com muita dificuldade, sendo que, essas motocicletas são colocados no leilão. E a comunidade exigem também enquanto assembleia AVA GUARANI que seja construído uma escola estadual indígena como garante a constituição federal de 1988 que assegurou para nós povo indígena o direito à educação escolar diferenciada para que assim sejam fortalecidas os nossos conhecimentos ancestrais e também a valorização dos conhecimentos e as nossas práticas tradicionais do nosso povo. E a nossa Aldeia possui maior número, totalizando 180 alunos guaranis que diariamente sofrem discriminação de todos os tipos nas escolas públicas dos brancos desde a autodemarcação que a nossa comunidade vem realizando desde o final do ano passado. Além de ser um direito, estamos sentindo essa necessidade que seja atendida urgentemente por vários motivo suma delas são as perseguições e ameaças que estamos que lhe dar todos os dias, por que se não tivéssemos a presença da FN no nosso território já teríamos sofridos um extermínio da nossa comunidade. E mesmo assim ter que mandar ainda nossas crianças onde nós somos odiados, isso a comunidade consideram no mínimo uma humilhação. E exigimos que assim que a ITAIPU realizar a comprar de alguma área da nossa aldeia a escola já seja logo construída. E também exigimos enquanto assembleia que a equipe da CTL e POLO BASE de Guaíra seja urgentemente aumentado a partir do ano que vem. Pois a nossa população ava guarani tem aumentado e a equipe estão muito sobrecarregados de serviços que acaba não fazendo um trabalho de qualidade, pois a nossa comunidade merece muito mais, e pela primeira vez a nossa aldeia exige da FUNAI Brasília e DSEI-litoral sul que olhem para nós com uma atenção maior pois há coisas que são bastante urgente que se melhore. E é urgente que as nossas reivindicações sejam atendidas o quanto antes. S.O.S AALDEIA YVY OKAJU CORRE RISCO DE EXTERMÍNIO: Durante uma Audiência de reconciliação da segunda ampliação da nossa aldeia, recebemos um recado de que no dia 25 de dezembro de 2024 os brancos estão se organizando para fazerem um novo ataque contra a nossa comunidade. Desde que iniciamos a autodemarcação os brancos, em forma de crime organizado começaram a invadir a nossa área de ocupação, e continuam até hoje aumentando cada vez mais e agora fazem mais uma ameaça, eles não tem o direito de tentar intimidar nossos parentes dessa forma, sendo que já existe um estudo antropológico (RCID) concluído e

publicado pela FUNAI e isso é o que vale para nós ava guarani, e por ela nós estamos decididos a perder nossas vidas, se for preciso nós derramaremos nosso sangue e estamos informando que vai acontecer uma verdadeira guerra se as autoridades competentes não retirar os não indígenas do nosso território. Se mais vez houver derramamento de sangue ava guarani, todas as autoridades competentes carregarão culpa por não terem feito nada, sendo que vocês enquanto autoridades tem o poder nas mãos para proteger vidas guarani (despejando os não indígenas para fora do nosso território) e é urgente, por que quanto mais demora, a chance do nosso povo ser exterminado aumenta a cada dia. A ameaça já está se intensificando, por que, enquanto estávamos no local da assembleia no dia 24 de novembro no final do dia, na residência de uma das nossas lideranças chegou dois homens de motocicleta com arma na cintura. Mas a mesma não estava na casa. Mas o chondaro um guarani) que estava cuidando da aldeia observou de longe. Isso é muito grave, e pedimos que a FN a partir desta data se concentre na nossa aldeia 24 horas por dia. Outra tentativa de extermínio da aldeia está declarada não sabemos o dia nem a hora certa. S.O.S 25 de dezembro de 2024.